

Rumo à nova Constituição

Em SP, 48% não esperam vida melhor com nova Carta

Da Redação da Folha

Os paulistanos estão pouco otimistas com a futura Constituição do Brasil. Quase metade (48%) dos moradores da capital paulista acredita que a nova Carta irá melhorar a vida do país. Este é o resultado da pesquisa realizada pela DataFolha na última quarta-feira na cidade de São Paulo.

Das 1.039 pessoas que foram ouvidas, 71% demonstraram não saber qual a função básica do Congresso constituinte. Do total de entrevistados, 60% afirmaram não saber o que é o Congresso constituinte. Outros 11%, embora afirmassem saber, deram respostas incorretas.

A falta de envolvimento com o assunto acompanha a falta de informação. Inquiridos a dar alguma sugestão para a nova Carta, 43% dos entrevistados afirmaram não ter nenhuma ou não souberam responder. Entre as sugestões apresentadas, a que recebeu maior número de respostas foi "garantia de melhores salários" (11%). Destacam-se ainda "melhor distribuição de renda/justiça social" (8%), "baratear a alimentação" (7%) e "garantir o cumprimento das leis, da justiça" (6%).

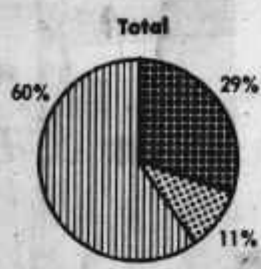
Otimistas estão 31% dos paulistanos, que afirmaram esperar benefícios pessoais com a nova Constituição. Doze por cento dos entrevistados acreditam que serão beneficiados em parte, enquanto 9% não souberam responder. Quanto à expectativa de melhora na vida do país com o novo texto constitucional, 39% mostraram-se otimistas. Os percentuais relativos às expectativas não apresentam variações se forem separados os entrevistados por sexo, idade, nível de renda ou escolaridade.

Desinformação
Apenas 29% dos habitantes da cidade de São Paulo afirmaram saber o que é o Congresso constituinte e acertaram suas respostas. O índice de desinformação aumenta conforme diminui o grau de escolaridade e o nível de renda dos paulistanos. Entre os que têm formação escolar até o 1º Grau, 78% ignoram o que seja o Congresso constituinte —no grupo dos que possuem nível superior, este índice é de 15%. Já entre os paulistanos que ganham até cinco salários mínimos, 79% não sabem o que significa Congresso constituinte —embora o índice entre os que ganham mais de dez mínimos também seja elevado (44%).

Perguntados se tinham alguma sugestão para a futura Constituição, os paulistanos entrevistados citaram ainda a questão da segurança, que aparece em quinto lugar com 5%, e, em menor escala, alguns temas mais polêmicos: a pena de morte (3%), a reforma agrária (1%), o não pagamento da dívida externa (1%), o seu pagamento (1%) e a legalização do aborto (1%).

O plano científico utilizado pela Pesquisa Folha é de autoria de Reginaldo Prandi, docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). A formulação dos temas e a interpretação dos resultados são de responsabilidade da Redação. A pesquisa é uma realização da DataFolha, sob a direção do sociólogo Antonio Manuel Teixeira Mendes.

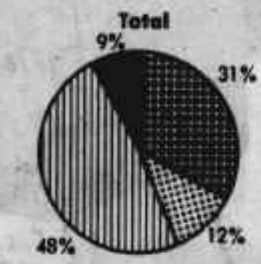
O(a) sr(a) sabe o que é Congresso constituinte? O(a) sr(a) poderia responder, em poucas palavras, o que é Congresso constituinte?



Legenda	Categorias	Sexo %			Idade %			Renda %			Escolaridade %		
		H	M	17 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos ou +	Até 5 S.M.	De 5 a 10 S.M.	+ de 10 S.M.	Até 1º grau	2º grau	Superior	
													Total
Sim, com resposta correta.	36	24	24	33	31	14	27	43	14	37	69		
Sim, com resposta incorreta.	11	9	8	10	13	7	12	12	6	13	15		
Não sabe	53	67	68	57	56	79	61	44	78	50	16		
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		
Nº de Entrevistas	511	528	311	362	366	276	317	404	582	273	184		

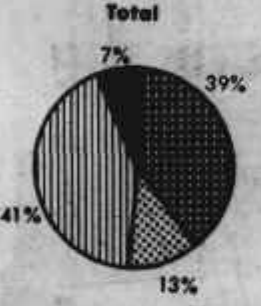
Os senadores e deputados federais eleitos em 15 de novembro formarão o Congresso constituinte que irá elaborar a nova constituição brasileira.

O (a) sr. (a) acredita que a nova Constituição irá melhorar a sua vida?



Legenda	Categorias	Sexo %			Idade %			Renda %			Escolaridade %		
		H	M	17 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos ou +	Até 5 S.M.	De 5 a 10 S.M.	+ de 10 S.M.	Até 1º grau	2º grau	Superior	
													Total
Sim	32	31	32	31	32	30	34	31	31	34	30		
Em parte	12	12	15	10	10	9	12	13	11	11	14		
Não	48	48	44	51	49	47	48	50	46	50	52		
Não sabe/não respondeu	8	9	9	8	9	14	6	6	12	5	3		
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		
Nº de Entrevistas	511	528	311	362	366	276	317	404	582	273	184		

O(a) sr.(a) acredita que a nova Constituição irá melhorar a vida do país?



Legenda	Categorias	Sexo %			Idade %			Renda %			Escolaridade %		
		H	M	17 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos ou +	Até 5 S.M.	De 5 a 10 S.M.	+ de 10 S.M.	Até 1º grau	2º grau	Superior	
													Total
Sim	41	36	39	38	39	39	37	40	38	40	38		
Em parte	13	13	14	15	11	9	17	14	11	15	18		
Não	40	43	40	41	43	41	42	41	42	39	42		
Não sabe/não respondeu	6	8	7	6	7	11	4	5	9	6	2		
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		
Nº de Entrevistas	511	528	311	362	366	276	317	404	582	273	184		

Categorias	Total %	Sexo %			Idade %			Renda %			Escolaridade %		
		H	M	17 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos ou +	Até 5 S.M.	De 5 a 10 S.M.	+ de 10 S.M.	Até 1º grau	2º grau	Superior	
													Total
Garantir melhores salários	11	11	10	10	13	11	18	10	8	14	12	4	
Melhorar a distribuição da renda/Justiça Social	8	8	8	7	9	7	6	8	10	6	10	11	
Baratear a alimentação/baixar o custo de vida	7	4	9	5	7	8	10	6	4	8	6	3	
Garantir o cumprimento das leis, da Justiça	6	8	4	4	6	8	4	7	8	5	5	14	
Maior segurança/policiamento.	5	5	4	7	3	4	5	4	5	5	6	1	
Melhorar/garantir educação e cultura	4	3	5	3	5	4	3	3	6	2	5	9	
Cuidar dos menores abandonados	4	3	5	4	5	3	3	4	4	4	4	5	
Garantir habitação/eliminar alugueis	4	3	4	2	4	4	4	3	3	4	3	3	
Pena de morte	3	4	3	4	3	3	1	5	4	3	4	3	
Garantia de trabalho	3	3	2	4	3	1	4	3	1	3	1	1	
Melhorar as condições de saúde	2	2	2	1	3	2	1	2	3	1	2	4	
Acabar com a corrupção/mordomias	2	2	1	1	2	3	1	2	3	2	3	1	
Reforma agrária	1	2	1	1	1	2	1	1	1	—	1	4	
Não pagamento da dívida externa	1	2	1	1	1	1	—	1	2	1	—	2	
Pagar a dívida externa	1	2	1	1	2	1	1	2	1	1	—	—	
Melhorias para os aposentados	1	2	1	1	1	2	3	1	—	1	—	—	
Melhorias para os transportes	1	2	1	2	1	1	1	2	1	1	3	1	
Legalização do aborto	1	1	1	1	—	—	—	1	—	—	1	1	
Outras respostas	14	16	13	14	15	14	8	11	24	9	17	29	
Não tem sugestão/não sabe	43	41	45	45	39	44	50	44	35	49	37	30	
Total	122	124	121	118	123	123	124	120	123	119	122	126	
Nº de entrevistas	1039	511	528	311	362	366	276	317	404	582	273	184	
Nº de respostas	1269	625	644	364	455	450	345	375	508	701	335	233	

* Resposta múltipla

Fonte: DataFolha

Juristas, professores, políticos e bispos comentam a pesquisa

Da Reportagem Local e da Sucursal do Rio

Goffredo Silva Telles Jr., 71, jurista: "A grande maioria da população não poderia mesmo ter a menor idéia do que seja uma Assembleia Constituinte ou Constituição porque, na verdade, o que existe é um Congresso ao qual foi atribuída a tarefa de elaborar uma Constituição. Propositivamente, a eleição da Constituinte ficou confundida com a eleição dos deputados, dos senadores e dos governadores. Vai tudo continuar como está: os donos do poder continuarão donos do poder".

Miguel Reale, 76, jurista: "Não há nada de extraordinário nessa constatação. Se fizessem as mesmas perguntas em países mais desenvolvidos que o nosso, a resposta não seria diferente. Por mais que se queira participação popular, a elaboração de uma Constituição é uma tarefa técnica que cabe fundamentalmente à classe política em geral e aos juristas em particular. Está havendo muito exagero na colocação do problema constitucional, uma espécie de 'constitucionalite' que é artificial. O povo sabe onde lhe aperta o sapato, mas não lhe cabe fazer o sapato".

Fábio Konder Comparato, 50, jurista: "Os poderes constituídos tudo fizeram para que o povo não participasse do processo constituinte. De modo que devem estar muito satisfeitos em resolver o problema constituinte entre si, ou seja, no âmbito da classe política. De fato, o Congresso constituinte foi convocado apenas para legitimar, de modo ornamental, a chamada 'Nova República' e o povo sabe disso".

Raimundo Faoro, 61, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB): "O fato de a maioria não saber o que é o Congresso constituinte demonstra um desinteresse consciente, porque a forma de sua convocação demonstra que a Constituinte não diz respeito ao povo, é um ajuste de poder. Acho que há uma diferença perspicaz e uma Constituinte convocada com esses vícios leva à convicção de que ela fará reajustes de cúpula".

Paulo Sérgio Pinheiro, 43, cientista político: "Acho perfeitamente razoável o resultado da pesquisa Folha, porque a campanha de esclarecimento que deveria ter sido feita no ano passado foi um desastre. A eleição do ano passado ficou centrada no governador e não se discutiu Constituição. É evidente que o despreparo dos constituintes faz com que a população tenha uma avaliação realista, sobre possíveis mudanças".

Hélio Jaguaribe, 63, cientista político: "O conceito de Congresso constituinte é abstrato e envolve a estrutura organizacional da sociedade no Estado. Esse conceito não é acessível às pessoas que têm educação muito elementar. Já as pessoas que não acreditam na nova Constituinte, não estão sabendo a relação entre ela e a vida corrente".

Cláudio Lembo, 50, secretário de Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo: "Não me impressiono com esse resultado, porque sequer os parlamentares sabem o que estão

fazendo. Acho ótimo que a população não acredite em mudanças. Mostra que o povo é consciente e sábio. É lamentável que as elites estejam transferindo uma falsa imagem da Constituinte, ou seja, que ela é o remédio para todos os males".

Alfredo Sirkis, 36, escritor, membro do Conselho Político Regional do Partido Verde no Rio: "Estes índices são antigos. São praticamente os mesmos verificados antes das eleições. Isto se deve, basicamente, ao fato das eleições para a escolha dos constituintes não terem ocorrido isoladamente. Além disso, há o agravante da Constituinte não ser exclusiva, mas um Congresso constituinte".

Mário Amato, 68, presidente da Fiesp: "Se vivemos muito tempo sob um regime fechado e boa parte da população, na faixa de 30 a 40 anos, não tomou conhecimento disso, é normal que haja esse desconhecimento sobre a Constituinte. Por outro lado, muita gente sabe que a Constituinte não será uma panacéia que vá resolver todos os problemas brasileiros".

Roberto da Matta, 50, antropólogo: "Como a da maioria do povo brasileiro, minha opinião é a de uma pessoa estarecida. Afinal, a maior parte da população está sendo podada de participar do processo constituinte que, ao que tudo indica, será hierarquizado, com os deputados mais antigos tendo maior possibilidade de participação que os mais novos. Além disso, não há tradição de consultas entre os eleitores e os eleitos, que, a esta altura, já perderam contato com os que os elegeram. Tem o que isto tudo gere uma Constituição rotineira, um conjunto de leis que daqui a alguns anos tenha de ser modificado".

Carlos Estevam Martins, 53, sociólogo: "Esses dados já eram mais ou menos conhecidos. Infelizmente, é a triste realidade. Temos que constatar, mais uma vez, o grau de desinformação e alheamento da população a respeito do funcionamento do sistema político brasileiro. É preciso recordar que esse resultado começa anos atrás, nas escolas de primeiro e segundo graus, com a queda da qualidade do ensino".

D. Eugênio Sales, 64, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro: "Apesar da pesquisa, acredito que a nova Constituição vá melhorar a vida dos brasileiros. Quanto aos que não sabem o que é o Congresso constituinte, a culpa deve ser distribuída entre os vários setores da sociedade, inclusive os próprios que ignoram o que seja, porque não procuraram se esclarecer. Devemos pedir a Deus que ilumine os parlamentares".

D. Luciano Mendes de Almeida, 57, secretário-geral da CNBB: "É um primeiro dado que deve ser considerado na sua justa proporção e ter por efeito despertar ainda mais a responsabilidade dos meios de comunicação e dos trabalhos da Constituinte. Talvez este dado seja rapidamente substituído pela constatação do interesse que a Constituinte há de provocar, uma vez iniciados os trabalhos. Faço a sugestão de que se estude a possibilidade de introduzir a TV dentro da sala do Congresso".

Itamaraty não preparou 'lobby' para defender política externa

Da Sucursal de Brasília

Itamaraty não preparou qualquer grupo de pressão ("lobby") para atuar no Congresso constituinte em defesa dos interesses do governo brasileiro na área externa. Mas reconhece que países estrangeiros poderão formar ou apoiar grupos lobistas para influenciar a redação das novas leis brasileiras, ou mesmo modificar a atual legislação nos pontos em que há conflito, como na Lei de Informática, caso as discussões no Congresso permitam. Esta ação lobista seria executada através das representações diplomáticas (embaixadas) situadas em Brasília.

O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, 67, disse que o Itamaraty acompanhará a discussão do capítulo relativo à política exterior da nova Constituição, estando pronto para fornecer, em 48 horas, todos os subsídios e informações que sejam solicitadas pelos parlamentares. "Não se trata", segundo ele, "de uma proposta de capítulo, que o Itamaraty não tem e não fará".

princípios básicos de organização institucional, não descendo a detalhes. Mas há o risco da aprovação de diretrizes incompatíveis com os tratados e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que passaria a ser institucional.

Caso a Constituinte desça ao detalhamento setorial, a ação lobista ganhará total espaço para crescer. "É possível o surgimento de um 'lobby' pela mudança da Lei de Informática, como haverá 'lobby' para tudo, da política agrícola à previdência", opinou Sodré. O abrandamento da política de informática interessa especialmente aos Estados Unidos, que vêm pressionando também pela revisão das bases do comércio bilateral com o Brasil.

"Vamos apenas acompanhar a discussão dos assuntos de nosso interesse", disse o porta-voz da Embaixada norte-americana, William Barr. Segundo ele, os funcionários da Embaixada continuarão fazendo contatos com parlamentares, prestando e colhendo informações, "como os membros da embaixada brasileira em Washington fazem com os congressistas nos Estados Unidos".

Brizola chama governo Sarney de "biônico"

Da Redação da Folha

Em anúncio pago publicado hoje pelos jornais (na Folha à pág. A-4), o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, afirma ser "desastrosa" a permanência do presidente José Sarney no governo, a partir da instalação do Congresso constituinte. "Tornou-se complexa e difícil a convivência da Constituinte com a situação criada pelo Governo Sarney, e com a presença mesma de um Governo biônico trabalhando (e a tudo deformando) para permanecer e continuar", diz o texto.

Para Brizola, a "Assembleia Constituinte se reúne e terá que deliberar em condições extremamente negativas e desfavoráveis", pois não tem a "autonomia de uma Constituinte originária e autêntica". Remetendo-se à campanha das diretas, o governador afirma que "na prática, a grande causa oposicionista do PMDB restringiu-se à ocupação do lugar do PDS e da antiga Arena".

"Tanto que, a partir da morte do Dr. Tancredo Neves, tornara-se irracional, para o então principal partido de oposição, exigir do Vice-Presidente que ascendia à Presidência, a fixação da data para a realização de eleições diretas para Presidente da República", afirma Brizola, acrescentando que "desde aí, frustrou-se a transição democrática". Segundo o governador, a "Nova República" representou "um período de cinismo e imposturas que não encontra paralelo na história da Nação".

Afirmando que a "Constituinte deveria ter sido eleita conjuntamente com o Presidente da República, no último pleito de 15 de novembro", o governador Brizola diz que o presidente Sarney tem a "grande responsabilidade por este quadro de crise e incerteza". Ele afirma que a futura Constituição se inclinará "não por uma ordem democrática, mas um regime, uma ordem jurídica, para dar cobertura ao atual modelo econômico".

A saúde de Ulysses não preocupa

Da Reportagem Local

Um dia antes da sua eleição para a presidência do Congresso constituinte, o estado clínico do deputado Ulysses Guimarães, segundo apurou a Folha, é considerado "excelente". Seu próprio médico particular, o neurocirurgião José Luzio, não o assiste em Brasília, encontrando-se em Angra dos Reis (154 km a oeste do Rio de Janeiro).

A saúde de Ulysses já ocupou, no entanto, há nove meses, o noticiário do país. Em abril de 86, após exames clínicos em São Paulo e insistentes apelos de seu médico, ele pediu licença por vinte dias da presidência da Câmara e do PMDB, indo repou-

sar numa fazenda de parentes, em Araçatuba (SP). Segundo familiares, ele recuperava-se de uma estufa.

No dia 13 de maio, após ocupar interinamente a Presidência da República durante a viagem do presidente Sarney a Portugal, o deputado chegava inesperadamente a São Paulo para se submeter a exames no Instituto do Coração (Incor). A Folha apurou à época que Ulysses apresentava um quadro clínico neurológico, sugerindo problemas nas artérias cerebrais.

Já de volta a Brasília, em 28 de maio, o deputado reassume a presidência da Câmara, mas seu comportamento, porém, causa constrangimento aos presentes à sessão em que

foi reconduzido ao cargo. Ele assume sem fazer qualquer comunicação à Mesa e interrompe impetuosamente discursos de alguns deputados. Os lapsos de Ulysses levam a Mesa a censurar as notas taquigráficas referentes às suas intervenções. No dia seguinte, ele é impedido de presidir a sessão devido a articulações de deputados preocupados em evitar que ele repetisse seu comportamento.

Após novos exames no Incor, Ulysses pediu nova licença e viajou em junho a Boston (EUA), para realizar exames no Massachusetts General Hospital. Os resultados não foram divulgados, mas, Ulysses foi liberado pelos médicos, afirmando, no dia 23 de junho, que estava em condições de "entrar em combate outra vez".



EVANGÉLICOS CRIAM GRUPO DE PRESSÃO

O bloco de parlamentares evangélicos, composto por 31 deputados do PMDB, PFL, PDT, PTB, PDC e PT, reuniu sexta-feira na casa do deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), 60, em Brasília, decidiu fazer "lobby" no Congresso constituinte em assuntos como aborto, combate às drogas, ao jogo e à pornografia nos meios de comunicação. Segundo Coimbra (primeiro na foto, à dir.), que comandou o encontro por ser o mais

antigo parlamentar evangélico (está na sétima legislatura), o grupo se unirá sempre que um assunto puder ser analisado "sob a ótica protestante". Dentro de quinze dias, será distribuído um questionário ao grupo, contendo cerca de quarenta questões. A intenção é avaliar a posição dessa bancada informal sobre matérias que mobilizarão os constituintes. O maior grupo protestante é da Igreja Assembleia de Deus.

Bancada do PMDB-SP elege seu coordenador

Da Sucursal de Brasília

O deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP) foi eleito ontem coordenador da bancada do PMDB de São Paulo. A reunião realizou-se na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e Rollemberg foi escolhido por aclamação pelos dezesseis presentes para substituir Francisco Amaral, que ocupou a função na legislatura anterior.

O novo coordenador disse que serão mantidas reuniões frequentes da bancada (composta por 23 deputados) para "dinamizar a relação dos integrantes, evitando conflitos maiores". O governador eleito de São Paulo, Orestes Quércia, mandou comunicar a Rollemberg que reforçará a representação do Estado em Brasília a fim de que a administração fique mais próxima dos políticos.